InformANDES

ANDES-SN - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Informativo N° 180
Brasília (DF)
Novembro de 2026

Luta segue após a vitória eleitoral

Movimentos estudantil, sindical e social garantiram derrota à extrema direita, mas já se deparam com novos desafios 8 a 11



Levantamento sugere ações para aposentadas e aposentados 4 e 5

Movimentos estudantis mobilizam protestos em diversos países 6 e 7

Editorial

Há momentos na História em que poucas semanas parecem condensar vários anos. Uma torrente de eventos que se encadeiam adquire, então, a propriedade de explicitar as contradições de todo um tempo. O que parecia imóvel e incontornável torna-se uma dessas esquinas em que o destino dos povos está em aberto. A aparente apatia - a ausência de paixões - costuma dar lugar à redescoberta de um sentimento fundamental: a esperança. Como disse o filósofo Ernst Bloch, "o afeto da esperança sai de si mesmo, ampliando as pessoas, ao invés de estreitá-las". Ao que assistimos pelo mundo nas últimas semanas é, sem dúvida, uma dessas precipitações históricas.

Na Europa, uma juventude que se confronta com a falta de perspectivas, com uma ordem social estabelecida que já não é capaz de garantir direitos fundamentais, como a educação, e que nada tem a oferecer a não ser a velha estrutura que garante a socialização das perdas e a privatização dos lucros, encontra-se com uma classe trabalhadora acossada por uma gigantesca crise da reprodução, sem direito à moradia digna, ao transporte adequado, à comida a preços acessíveis. Desse encontro nasce um turbilhão que toma as ruas de cidades como Madri, Paris, Lisboa, Berlim, Roma, Zagreb.

Nas Américas, a mesma necessidade de defender direitos sociais básicos exerceu um papel fundamental naqueles que são, talvez, os principais desdobramentos desta "primavera da virada": a colossal reversão da eleição brasileira, com a vitória de Lula, e a esmagadora derrota de Donald Trump, nos EUA, nas eleições de meio de mandato. Aqui, a promessa de um "tesouraço", agitada pelo candidato da extrema direita - agora tornado fugitivo internacional - atuou como fortíssimo motivador da mobilização sem precedentes da população para o voto; lá, o contraste entre uma vida impraticável - pela alta dos preços e cortes nos orçamentos de programas de saúde e segurança alimentar - e o custo da guerra contra o Irã e o apoio ao genocídio palestino praticado pelo Estado de Israel, que juntos já custaram mais de 70 bilhões de dólares, resultou em enorme repulsa ao Partido Republicano. Em ambos os casos, a população parece ter visto a extrema direita em sua real face: fascista, corrupta, mentirosa, violenta, belicista e sem respostas para os problemas concretos das pessoas.

O mesmo roteiro está na base do impeachment de Santiago Peña, no Paraguai, e leva às ruas a população argentina e chilena, contra a miséria alimentada por Milei e Kast.

Seja na recente derrota de Aleksandar Vucic pela lista estudantil na Sérvia, seja na resistência popular ao cerceamento do direito de voto na Índia de Narendra Modi, o que se apresenta neste momento é mais do que a mera defesa da democracia - com todas as limitações que ela conhece sob a hegemonia do Capital - contra a sanha autoritária do neofascismo. As multidões parecem ter redescoberto o incrível efeito daquela "ampliação esperançosa", de que falava Bloch.

As ruas que ardem pelos continentes e as redes, nas quais cada vez fica mais nítida a necessidade de impor um freio aos desmandos de meia dúzia de bilionários que pretendem controlar o mundo por meio de suas tecnologias de informação e comunicação, estão tomadas de uma energia que anuncia a morte do "velho" mundo (o "fim da era contemporânea", como escreveram os estudantes franceses em seus cartazes), ainda que o "novo" não tenha propriamente nascido.

Dar consequência a essa fagulha, cultivar a esperança e planejar o futuro é, portanto, mais importante do que nunca. Como disse o ativista dos Direitos Civis, o 'pantera negra' Kwame Ture, "se não tivermos cuidado, permitimos que a mobilização se transforme em eventos. A luta nunca é um evento, é um processo. Um processo contínuo, eterno".

Clique no QRCODE e siga o *InformANDES*, o Canal Oficial de informes do ANDES-SN no WhatsApp!

Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:
Diego Ferreira Marques

Edição e Revisão:
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas:
Bruna Yunes DRT 9045/DF
Renata Maffezoli

Diagramação e arte final:
Silas William Vieira

Fotos:
Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br

andes.org.br

Jornada de Lutas da Educação Federal garante avanços para docentes e TAEs



Foto: Isa RT / Imprensa ANDES-SN

O ANDES-SN, em conjunto com a Fasubra e o Sinasefe, realizou entre os dias 26 e 30 de outubro a Jornada de Lutas da Educação Federal. A mobilização reuniu docentes, técnicas e técnicos administrativos (TAEs) em uma semana de mobilizações em Brasília (DF). Os eixos centrais foram a defesa do sindicalismo classista e autônomo, a cobrança pelo cumprimento integral dos acordos de greve de 2024 e a pressão sobre o Congresso Nacional pela aprovação de pautas de interesse das categorias.

A programação teve início-se na segunda-feira (26) com a reunião da Comissão Nacional de Mobilização (CNM) no Auditório Marielle Franco, na sede do ANDES-SN, articulando as ações da semana e o apoio ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12/2026, originado da Medida Provisória (MP) nº 1.375/2026. Maria do Céu de Lima, 3ª tesoureira do ANDES-SN, ressaltou que a jornada buscou atender demandas urgentes das bases e reafirmar a valorização das servidoras e dos servidores da Educação Federal e o cumprimento dos acordos firmados pelo governo federal.

Na manhã de terça-feira (27), as entidades realizaram ato em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), exigindo o cumprimento dos Termos de Acordo nº 10/2024 (docentes) e nº 11/2024 (TAEs). No mesmo dia, marcando o Dia de Luta do Sindicalismo Classista, ocorreu o painel "Em Defesa do Sindicalismo Classista", na sede do sindicato, com transmissão ao vivo.

No painel, foram denunciadas as tentativas de cerceamento da liberdade sindical por setores da extrema direita. Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, denunciou que a campanha de Flávio Bolsonaro (PL) e o Partido Novo acionaram o TSE contra entidades e dirigentes, questionando a atuação sindical nas universidades e ameaçando a organização das categorias. "Tomar partido não é rifar o sindicato para partido político, governos ou reitorias. Tomar partido é uma decisão política, uma ousadia para defender a universidade pública, os serviços públicos, o funcionalismo público e a nossa liberdade democrática", afirmou Caroline.

Na atividade, o representante da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN informou o trânsito em julgado da decisão que anulou o registro sindical da Proifes, após desistência de recurso pela União, extinguindo a entidade cartorial que atuava para enfraquecer as greves docentes federais.

Avanço

A mobilização garantiu uma importante vitória legislativa com a aprovação, na Câmara e no Senado, da MP nº 1.375/2026, que ampliou a indenização por atuação em locais de fronteira e Amazônia Legal de R$ 91 para R$ 191 por dia, incluindo docentes e TAEs. André Martins, 2º vice-presidente da Regional RS do ANDES-SN, celebrou a conquista fruto da pressão no Congresso.

"Essa conquista é fundamental para a fixação de professoras e professores nas regiões de fronteira e na Amazônia Legal. Agora, esperamos a sanção do presidente da República para poder, a partir de 2027, usufruir do direito à indenização de fronteira", contou Martins, que integra a coordenação do GT Multicampia e Fronteira do ANDES-SN.

Assista ao painel "Em Defesa do Sindicalismo Classista"

Aposentadoria e luta sindical: diagnóstico revela desafios da participação docente

Ampliar as políticas de acolhimento, fortalecer os espaços de participação e representação, integrar docentes da ativa e aposentadas e aposentados e diversificar os canais de comunicação. Essas são algumas das ações apontadas pelo diagnóstico divulgado pelo ANDES-SN, por meio da Circular nº 394/2026, para fortalecer o vínculo de professoras e professores aposentados com o movimento sindical. Aprovado no 44º Congresso do Sindicato Nacional, o levantamento reúne informações de 35 seções sindicais, distribuídas por mais de dez regionais, e identifica desafios e caminhos para ampliar a participação dessa parcela da categoria.

Filiação e atualização

A manutenção do vínculo sindical apresenta desafios. Em 82,9% das seções sindicais do ANDES-SN, a filiação é mantida automaticamente após a aposentadoria, e quase 7 em cada 10 seções (71,4%), informaram manter atualizado o cadastro desse segmento da categoria. Isso significa que uma seção sindical pode manter a filiação automaticamente, mas não atualizar os dados cadastrais de aposentadas e aposentados. A falta de informações atualizadas pode dificultar a comunicação, a divulgação de atividades e a mobilização desse segmento.

Participação e integração

A participação nas estruturas de organização sindical também varia entre as seções consultadas. O levantamento aponta que 65,7% contam com representação de aposentadas e aposentados na direção ou em instâncias do sindicato, mas apenas 28,6% possuem um coletivo organizado para tratar das questões específicas de aposentadoria. Além disso, 48,6% afirmaram contar com uma política institucional consolidada voltada às e aos docentes que se aposentaram.

Iniciativas de integração entre docentes da ativa e aposentados são promovidas por 57,1% das seções. Já 42,9% mantêm uma agenda regular de atividades culturais, acadêmicas ou de convivência. Na comunicação, 62,9% divulgam atividades gerais para aposentadas e aposentados, mas somente 45,7% dispõem de canais específicos, como boletins, grupos ou listas direcionadas.

Suporte jurídico

Os dados revelam que o suporte jurídico e administrativo está entre as ações mais consolidadas nas seções sindicais do ANDES-SN. Em 94,3% delas, há atendimento relacionado a temas como paridade, integralidade, Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ações judiciais. Por outro lado, apenas 48,6% promovem ações formais de acolhimento ou orientação no momento da transição para a aposentadoria, indicando a necessidade de ampliar iniciativas que acompanhem as e os docentes nessa etapa da vida.

Fatores para a desfiliação

Para além das estruturas de organização e comunicação, o diagnóstico identifica fatores que contribuem para a desfiliação sindical. Entre eles estão mudanças nos mecanismos de desconto das contribuições, redução salarial, cobrança de contribuição previdenciária, diminuição da margem consignável, mudança de domicílio, desatualização dos contatos e dificuldades de participação presencial. O levantamento também aponta a ausência de atividades específicas e de espaços permanentes de participação como fatores



que podem fragilizar o sentimento de pertencimento à entidade sindical.

Principais demandas

As demandas apresentadas por docentes aposentadas e aposentados abrangem a defesa da paridade e da integralidade, a reposição das perdas salariais, a data-base e o fim ou a redução da contribuição previdenciária. Também incluem melhorias no acesso a planos de saúde e benefícios, acompanhamento de processos judiciais, defesa de direitos adquiridos, atividades culturais, preservação da memória docente e ampliação dos espaços de escuta e participação nas decisões sindicais.

Segundo Fernanda Mendonça, 1ª vice-presidenta da Regional Sul do ANDES-SN e integrante do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), o diagnóstico permite conhecer melhor a realidade das e dos docentes aposentados e identificar os principais desafios para sua integração à vida sindical. "A partir dessas informações, as seções sindicais podem planejar políticas mais adequadas às diferentes realidades. Além disso, o diagnóstico contribui para dar visibilidade às demandas de quem se aposentou, reafirmando que a aposentadoria não encerra o vínculo com a categoria nem a participação na construção da luta sindical", afirmou.

Para a coordenadora do GTSSA, "uma possibilidade é construir uma política permanente de acolhimento à aposentadoria, que comece antes do desligamento das atividades e continue após a aposentadoria". Essa política, conforme Fernanda, pode incluir encontros para esclarecer direitos e procedimentos, orientações sobre as mudanças na vida profissional, contato individualizado com docentes que estão se aposentando e espaços de escuta e troca de experiências entre docentes da ativa e aposentados.

A diretora do Sindicato Nacional também ressalta a necessidade de fortalecer a participação dessa parcela da categoria nas instâncias sindicais. "O fortalecimento da integração depende de manter o vínculo sindical ativo", destacou. Entre as iniciativas apontadas por ela estão a criação de oportunidades para que docentes aposentadas e aposentados participem das decisões e da formulação das políticas sindicais, e a promoção de atividades que valorizem a experiência, a memória e as contribuições dessas e desses docentes para a universidade e para o movimento sindical.

5 ações para fortalecer a participação de docentes aposentadas e aposentados

1. Atualizar os cadastros

Promover campanhas nacionais e ações permanentes nas seções sindicais para manter atualizados os contatos de docentes aposentadas e aposentados.

2. Acolher a transição para a aposentadoria

Criar programas de acolhimento e orientação sobre direitos, filiação e participação sindical antes e depois da aposentadoria.

3. Fortalecer a representação sindical

Organizar coletivos, grupos de trabalho (GTs) e garantir a presença de aposentadas e aposentados nas instâncias de decisão do sindicato.

4. Integrar docentes da ativa e aposentados/as

Promover atividades políticas, culturais e de preservação da memória, fortalecendo a troca de experiências e os vínculos entre gerações.

5. Ampliar os canais de comunicação

Diversificar os meios de contato, utilizando telefone, materiais impressos, WhatsApp, e-mail e formatos híbridos de participação para garantir maior acessibilidade.



Tenha acesso ao diagnóstico completo:

Protestos contra a austeridade e em defesa da educação se espalham pelo mundo

Quase seis décadas depois do histórico “Maio de 1968”, quando estudantes e trabalhadores franceses ocuparam as ruas e inspiraram mobilizações em diferentes países, a França volta a ser palco de grandes protestos. Em 2026, a insatisfação com o sucateamento das escolas e dos serviços públicos e a perda do poder de compra naquele país também mobilizaram estudantes, trabalhadoras e trabalhadores em várias partes do mundo, em defesa da educação pública e dos direitos sociais.

Na França, as manifestações estudantis começaram em setembro e se espalharam por cidades como Paris, Lyon e Marselhas denunciando a falta de docentes, a infraestrutura precária e as dificuldades de acesso às universidades. Um levantamento do Sindicato Nacional dos Ensinos de Segundo Grau (SNES-FSU) apontou que 53% das escolas públicas consultadas iniciaram o ano letivo de 2026 com déficit de professores. Em 20 anos, o ensino secundário perdeu 11.642 docentes, enquanto o número de estudantes aumentou em 189.100, segundo o Sindicato Nacional Unificado dos Diretores, Instrutores e Professores das Escolas Públicas (SNUDI-FO).

O estrangulamento financeiro também atinge o ensino superior. Em manifesto publicado em 7 de outubro, entidades sindicais estimaram um déficit de 1,1 bilhão de euros no setor e criticaram o congelamento das bolsas de estudo e a escassez de recursos para a pesquisa científica. Em 20 de outubro, 80 dirigentes de universidades e instituições de ensino superior também cobraram um aporte adicional de 1 bilhão de euros para 2027, além de investimentos anuais contínuos de igual valor em infraestrutura a partir de 2028. Em meio às mobilizações, o governo anunciou 4 bilhões de euros em empréstimos subsidiados para reformas em escolas até 2030 e mais 1 bilhão de euros para as universidades até 2029.

Os protestos ganharam a adesão dos Coletes Amarelos e de centrais sindicais, ampliando a contestação ao plano de austeridade do governo, que prevê cortes de 54 bilhões de euros.

Foto: La CGT France



Outros países

Na Alemanha, estudantes e organizações sociais realizam atos por melhores condições de ensino, mais investimentos nas instituições públicas, mobilizações contra o custo de vida e o serviço militar obrigatório. Na Itália, manifestações estudantis e da classe trabalhadora denunciam as políticas do governo de extrema direita de Giorgia Meloni e reivindicam direitos sociais e melhores condições de trabalho. Em 30 de outubro, uma greve geral paralisou portos e transportes, levando milhares de pessoas às ruas.

Na Espanha, protestos contra a alta dos aluguéis e a especulação imobiliária ganharam força, além da defesa das aposentadorias públicas. O caso de Maricarmen Abascal, de 87 anos, despejada de seu apartamento em Madri e falecida menos de um mês depois, tornou-se um marco das mobilizações. A repercussão da crise habitacional também chegou a Portugal, onde ativistas estão acampados nas ruas de Lisboa e Porto.

Na Irlanda, mais de 1,5 mil estudantes marcharam em Dublin, em 1º de outubro, contra as taxas universitárias, a falta de financiamento e a moradia estudantil. Na Bélgica, cerca de 30 mil pessoas participaram de uma greve geral em outubro contra as medidas de austeridade propostas pelo governo de Bart De Wever, que apresentou seu pedido de renúncia. Na Grécia, milhares de

pessoas participaram de atos em cidades como Atenas, com reivindicações relacionadas ao custo de vida e à precariedade dos serviços públicos.

A onda de protestos ultrapassou as fronteiras da Europa Ocidental. Na Albânia, manifestações contra o primeiro-ministro Edi Rama denunciaram corrupção, falta de empregos e precariedade na educação. Também contestaram um empreendimento turístico de luxo - apoiado por um genro do presidente Donald Trump (EUA) -, previsto em uma reserva natural. O movimento ficou conhecido como "Revolução dos Flamingos".

Na Sérvia, a Lista Estudantil venceu as eleições parlamentares de 25 de outubro e se tornou maioria na Assembleia Nacional, encerrando 14 anos de domínio do Partido Progressista Sérvio, liderado por Aleksandar Vučić. O movimento de oposição surgiu após o desabamento de uma estrutura da estação ferroviária de Novi Sad, em 2024, que deixou 16 mortos.

Na Índia, milhares de jovens ligados ao movimento satírico Partido do Povo Barata protestaram em Mumbai e Nova Déli, em outubro, contra a retirada de cerca de 130 milhões de nomes dos cadastros eleitorais, que pode favorecer o partido do primeiro-ministro Narendra Modi. O movimento surgiu de mobilizações contra fraudes em exames de acesso à universidade, que contribuíram para a renúncia do ministro da Educação.

América Latina

No Chile, estudantes e outros setores da população protestaram contra os cortes previstos para a educação no orçamento de 2027, em meio ao desgaste do governo de José Antonio Kast e às medidas de austeridade fiscal. No Paraguai, a intervenção do Banco Central no Ueno Bank provocou manifestações nos dias 3 e 4 de novembro. O presidente Santiago Peña, que havia sido

Foto: La CGT France



acionista do grupo controlador do banco até 2025, renunciou em 5 de novembro, em meio à pressão de um impeachment.

Na Argentina, milhares de estudantes e professores foram às ruas em 15 de outubro para cobrar do governo de Javier Milei o cumprimento da Lei de Financiamento Universitário, que prevê atualização dos recursos das universidades públicas, recomposição salarial das e dos docentes e atualização das bolsas estudantis.

No Brasil, manifestações iniciadas em 4 de outubro reuniram estudantes e outros setores da sociedade em atos contra a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) e as propostas da extrema direita. As mobilizações também expressaram preocupações com a soberania nacional e os direitos sociais.

Para Diego Marques, encarregado de Imprensa e Divulgação do ANDES-SN, as mobilizações pelo mundo refletem uma crise social profunda, alimentada pelo arrocho fiscal e pela ascensão da extrema direita. "Sob o pretexto de conter gastos, os governos cortam recursos da saúde, educação, moradia e aposentadoria. Enquanto isso, a extrema direita canaliza essa insatisfação criando inimigos imaginários e convencendo a população de que o problema são as políticas sociais — tudo para esconder que eles não são a alternativa, mas parte do próprio problema", avaliou.

Maio de 1968

O movimento de Maio de 1968 começou com mobilizações estudantis por reformas nas universidades e contra o sistema educacional francês. Em 10 de maio daquele ano, cerca de 20 mil pessoas participaram da Noite das Barricadas, no Quartier Latin, em Paris.

As manifestações ganharam adesão de trabalhadoras e trabalhadores e desencadearam uma onda de greves que mobilizou milhões de pessoas. O movimento tornou-se um marco das lutas sociais e políticas do século 20, impulsionando debates sobre liberdade, democracia, direitos das mulheres, igualdade racial e participação política, além de influenciar sindicatos, movimentos estudantis e a produção cultural.

Após virada histórica nas eleições, classe trabalhadora terá novos desafios

O resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2026 selou um capítulo memorável na história política do Brasil. Com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, o movimento estudantil, a classe trabalhadora e os movimentos sociais demonstraram a força da mobilização popular para derrotar a candidatura de extrema direita de Flávio Bolsonaro.

A vitória nas urnas, nas redes e nas ruas, no entanto, não encerra a disputa. Pelo contrário, abre um novo ciclo de lutas diante de um Congresso Nacional mais reacionário e de desafios estruturais impostos pelo capital e pelas forças imperialistas.

Virada histórica

A confirmação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou um feito marcante na história democrática do país. No segundo turno, a candidatura progressista obteve 64.256.232 votos (51,79%), enquanto Flávio Bolsonaro alcançou 59.826.041 votos (48,21%). Esse desfecho consagrou uma virada inédita em relação ao primeiro turno, quando a candidatura bolsonarista liderava com 56,1 milhões de votos (47,03%) ante 53,87 milhões (45,16%) obtidos por Lula.

A expansão de mais de 10,38 milhões de votos conquistados pela candidatura progressista entre as duas etapas reverteu a desvantagem inicial de 2,23 milhões de sufrágios, culminando em uma vantagem final de 4,43 milhões de votos nas urnas. O comparecimento atingiu a marca de 128.236.074 eleitores (80,78%), reduzindo a abstenção para 19,22%, menor índice desde 2006.

Essa reviravolta expressou a força da juventude e da classe trabalhadora. Além de garantir o quarto mandato a Lula, a derrota de Flávio Bolsonaro reafirmou a força de organização e mobilização dos movimentos estudantil, social e sindical, com massivas manifestações em diversas capitais e cidades do país. Também sinalizou a capacidade de unidade de diferentes posições políticas para derrubar a ameaça fascista, que colocava em risco o Estado Democrático de Direito, caso o candidato do PL fosse eleito.



Chama estudantil

A chama da mobilização popular acendeu-se a partir da iniciativa de estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) no dia 5 de outubro, em Niterói (RJ), alastrando-se por universidades e escolas públicas de todo o país. Essa efervescência articulou-se com a criação de comitês unitários e redes de engajamento social. Em Brasília, onde dezenas de milhares de pessoas marcharam ao Congresso Nacional, além de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza, Vitória, Belo Horizonte e diversas outras capitais e cidades, as passeatas demonstraram que a defesa da democracia estava indissociavelmente vinculada à garantia da educação pública e dos demais direitos sociais.

A participação engajada da categoria docente nas ruas, nas redes e nos campi foi um dos motores dessa virada democrática. Revisitando a atuação decisiva das professoras e professores durante a campanha, o presidente do ANDES-SN salienta que "a categoria docente esteve fortemente presente desde o primeiro momento na mobilização das ruas e das redes".

"Nossas seções sindicais integraram e fortaleceram comitês unitários em defesa da democracia nas universidades, institutos federais e cefets, com agendas diárias de diálogo com a comunidade acadêmica, mas, sobretudo, ultrapassando os muros de nossas instituições, indo para as ruas, feiras, praças. Sem dúvida, essa revolução democrática a que assistimos teve participação importante da nossa categoria", afirma.

Mendonça reforça que, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos da América e em outros países, a derrota da extrema direita foi erguida pela organização popular. Isso demonstra que a barreira mais eficiente contra o fascismo reside no trabalho de base contínuo e na presença ativa nas ruas.

Desafios

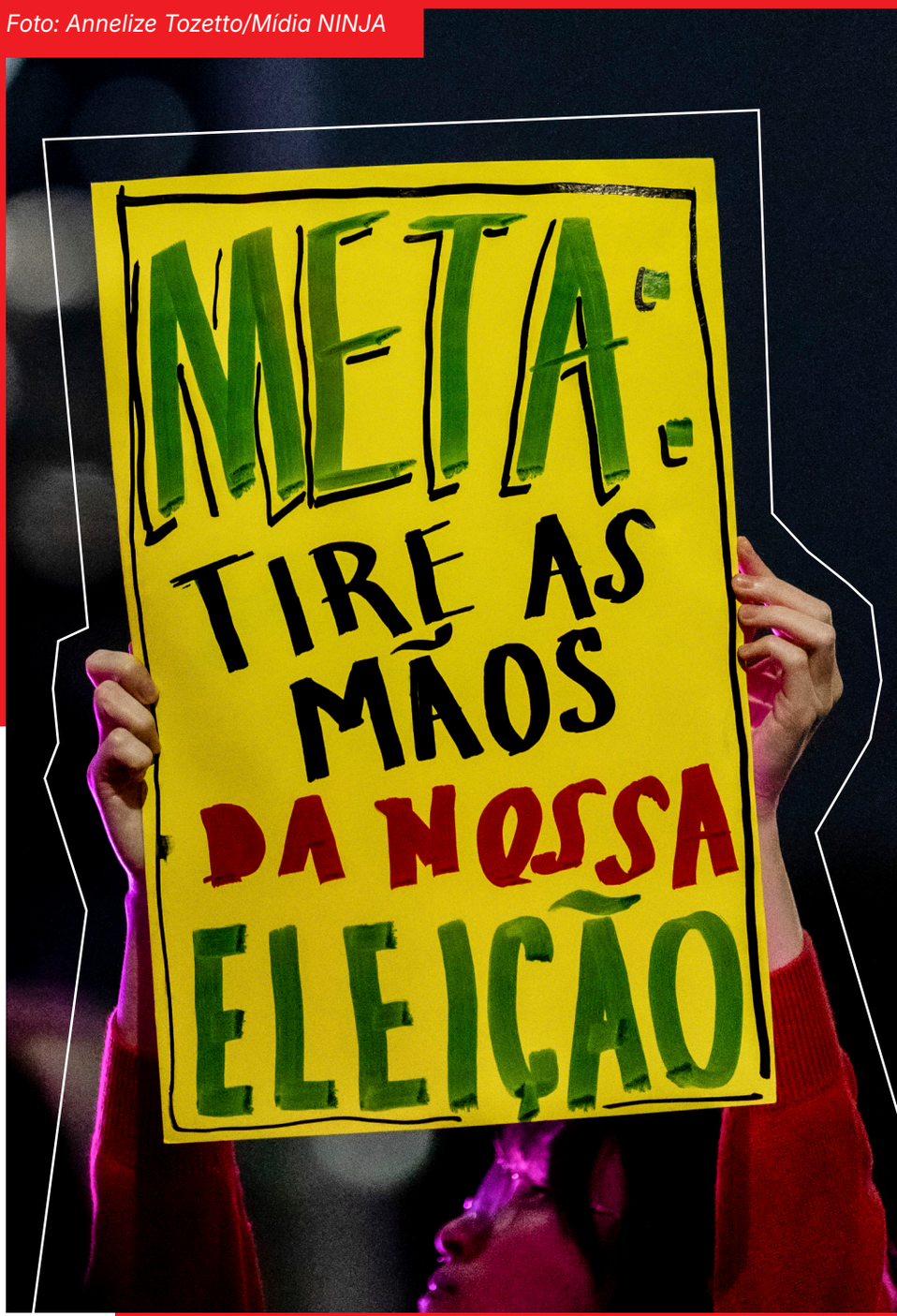
Passada a agitação e apreensão da disputa nas urnas, diversos desafios já se apresentam para os movimentos estudantil, sindical e social. Muitos deles se aprofundaram ou se explicitaram durante o pleito, como a interferência das plataformas digitais nas eleições.

Uma grande pauta estratégica consiste na necessidade de combater a ingerência imperialista e o domínio das corporações de tecnologia sobre o debate público. Durante o processo eleitoral, evidenciou-se a articulação de interesses geopolíticos externos alinhados à extrema direita brasileira, visando subjugar a soberania do país e apropriar-se de riquezas estratégicas, como as reservas de terras raras e minerais críticos.

As denúncias motivaram, por exemplo, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), a determinar a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar o financiamento oculto de campanhas políticas promovido do exterior. As apurações concentram-se em tratativas envolvendo empresários com a organização estrangeira Rockbridge Network para captação de recursos nos Estados Unidos em favor da candidatura bolsonarista, além da veiculação de propaganda paga em perfis internacionais e plataformas financeiras como a Polymarket, em troca de promessas de concessões minerais.

Paralelamente, expôs-se o papel nocivo desempenhado por oligopólios de tecnologia, em especial a Meta, que manipulou algoritmos e aplicou sanções para restringir o alcance das campanhas progressistas e de perfis pessoais de diversos usuários, entre os quais vários docentes. Para denunciar essas ações, o ANDES-SN se uniu a diversas entidades e coletivos em manifestação em frente à sede da Meta, em São Paulo, exigindo o fim da interferência corporativa nas eleições. A mobilização recebeu o respaldo de relatores da Organização das Nações Unidas, que cobraram explicações da empresa sobre o cerceamento ao discurso político.

Foto: Annelize Tozetto/Mídia NINJA



Após a confirmação de sua reeleição, o presidente Lula declarou a urgência de regular as plataformas digitais. Entre as medidas para garantir a responsabilização dessas empresas está a aprovação do Projeto de Lei 2.630/2020, já em tramitação no Congresso Nacional, focado na regulação de plataformas digitais para impor transparência algorítmica.

O ANDES-SN também defende a aprovação do Projeto de Lei 4.675/2025, para combater a con-

centração oligopolista no mercado de tecnologia, e o investimento estatal na criação de infraestruturas públicas de dados, nuvens soberanas e softwares livres nas instituições públicas de ensino.

Outra frente de luta que se apresenta à classe trabalhadora é a derrota das regras de austeridade fiscal e neutralização da chantagem do mercado financeiro e dos rentistas. Para o ANDES-SN, nenhum governo progressista conseguirá efetivar reformas estruturais profundas, recompor salários ou garantir direitos se permanecer prisioneiro de mecanismos fiscalistas projetados para priorizar o pagamento dos juros da dívida pública em detrimento das necessidades da população.

O arcabouço fiscal já em vigência estabelece limites rebaixados para os gastos e investimentos estatais, estrangulando a capacidade operacional do setor público e inviabilizando o financiamento adequado de áreas estratégicas, como Educação e Saúde públicas. Ao mesmo tempo, os agentes do capital especulativo utilizam a volatilidade financeira como instrumento de coerção política para exigir cortes de despesas sociais e a privatização de patrimônios nacionais.

Por isso, uma das tarefas dos movimentos sindicais e sociais é intensificar as pressões pela revogação do arcabouço fiscal e de todas as normas de contenção de gastos. O presidente do Sindicato Nacional reforça que a superação da crise social exige a substituição da austeridade por uma política econômica voltada para a expansão dos investimentos produtivos, a valorização do trabalho e a garantia de serviços públicos gratuitos e de qualidade.



Foto: Michele Gomes/Mídia NINJA



O terceiro desafio estratégico, para a diretoria do Sindicato Nacional, aborda a grave crise da reprodução social e a deterioração das condições materiais de vida enfrentadas pela classe trabalhadora, decorrentes da precarização do trabalho e da expansão da plataformização. Essa crise manifesta-se no aumento dos custos de moradia, na elevação dos preços dos alimentos essenciais e na cobrança abusiva de tarifas sobre o transporte público.

Para responder a essas demandas urgentes, é necessário construir lutas unificadas em torno de pautas concretas que impactem o cotidiano das famílias trabalhadoras. Uma das pautas retomadas durante a campanha eleitoral foi a implementação da Tarifa Zero no transporte público urbano. É fundamental que os movimentos ampliem a mobilização para a garantia desse direito social fundamental, como forma de assegurar a mobilidade e a desoneração da renda popular.



Outra frente de ação será a retomada do combate à pejotização e à precarização das relações de trabalho, com a exigência da garantia de direitos trabalhistas e previdenciários integrais aos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, e a revogação de reformas precarizantes. Além disso, é necessário garantir o fortalecimento da organização sindical autônoma da classe.

Mobilização permanente

O processo eleitoral e as recentes manifestações populares pelo mundo apontaram que segue urgente disputar os rumos da sociedade no terreno ideológico, enfrentando os efeitos da crise cultural e política produzida por décadas de ofensiva neoliberal. O desgaste das relações de trabalho e a fragilização dos laços comunitários permitiram que discursos demagógicos e reacionários da extrema direita encontrassem eco em parcelas da população trabalhadora.

Para reverter essa hegemonia conservadora, é necessário manter as ruas e as redes ocupadas. Para Cláudio Mendonça, a superação definitiva da ameaça neofascista requer a presença diária e sistemática das entidades nos locais de trabalho, nos bairros periféricos, nas feiras e nos campi, promovendo o diálogo direto com a população e organizando a resistência a partir das necessidades materiais concretas.

O presidente do ANDES-SN destaca que a manutenção da unidade, na "temperatura elevada", deve ser a marca. "Assistimos a novas direções surgindo, mais democráticas, mais abertas aos ventos da temporalidade capitalista atual, e isso pode nos ajudar a retomar o estado de mobilização em nossas instituições, mas também nas ruas. Não há saída para a garantia de direitos que não passe pela mobilização, pela unidade, com paciência para nos ouvir e com disposição militante. O ANDES-SN está disposto a continuar nesta toada", reforça.

Desafios da Educação

Os seguidos bloqueios orçamentários e a apropriação indevida do orçamento federal, por meio da expansão das emendas parlamentares impositivas e do orçamento secreto, impõem aos movimentos estudantil e sindical a defesa rigorosa das verbas públicas e o combate incisivo às tentativas de desvincular os pisos constitucionais da Saúde e da Educação.

O ANDES-SN reforça a importância de massificar a campanha em defesa da recomposição orçamentária integral das Universidades Federais, Estaduais e Municipais, dos Institutos Federais e dos Cefets, assegurando recursos suficientes para a manutenção de laboratórios, bibliotecas e para a consolidação de programas de assistência estudantil que garantam a permanência da juventude trabalhadora.

O presidente do ANDES-SN adverte, ainda, para a necessidade de manter a pressão de massa em defesa do orçamento público. "Temos enormes desafios, mas tudo isso deve passar pela lição número um da eleição recente: sem manter a temperatura elevada, sem fazer a letra viva se tornar música, sem pulsão e mobilização não iremos derrotar as políticas reacionárias e neoliberais. Temos um Congresso Nacional e assembleias legislativas dominadas por setores da extrema direita, que farão de tudo para aplicar a agenda de retrocessos", observa.

Para Cláudio Mendonça, a tarefa principal dos movimentos é manter a autonomia, enfrentar as agendas de ataques que virão do Congresso Nacional e das assembleias legislativas e pressionar para que os governos efetivem políticas que garantam mais direitos. "Sem dúvida, lutar também por mais orçamento para nossas instituições, pois defender as nossas Universidades e Institutos é a maior defesa da democracia e declaração de amor à ciência e ao conhecimento", conclui.



Foto: Daniel Frias/Mídia NINJA

Atuação de plataformas digitais nas eleições explicita necessidade de regulação

As eleições deste ano escancararam algo que já vem sendo denunciado há alguns anos por movimentos sociais, em especial aqueles que defendem o direito à comunicação e a soberania digital: as plataformas digitais interferem nos processos eleitorais e influenciam a decisão dos eleitores e das eleitoras.

A falta de regulação garante que essas empresas sigam operando sem transparência sobre os critérios de moderação e impulsionamento de conteúdos. O resultado foi a derrubada, sem justificativa, de publicações e até contas, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, em sua maioria quase absoluta de perfis progressistas.

Em entrevista ao InformANDES, Ramênia Vieira, integrante do Coletivo DiraCom - Direito à Comunicação e Democracia e coordenadora do Observatório "De Olho na Censura", explica como a ausência de regras detalhadas permite esse ambiente de manipulação favorável à extrema direita.

InformANDES: Como as diferentes plataformas digitais atuam para manipular ou até mesmo formar opiniões em relação ao panorama político?

Ramênia Vieira: Nós não temos nenhuma maneira, nenhum método de averiguar o que está se passando pelos algoritmos, o que está se passando dentro dessas plataformas, quais são as orientações internas, porque não existem nem as orientações externas que deveriam ser regidas por uma regulação. Sem essa regulação, é tudo muito opaco. O que sabemos é o que presenciamos nas nossas redes.

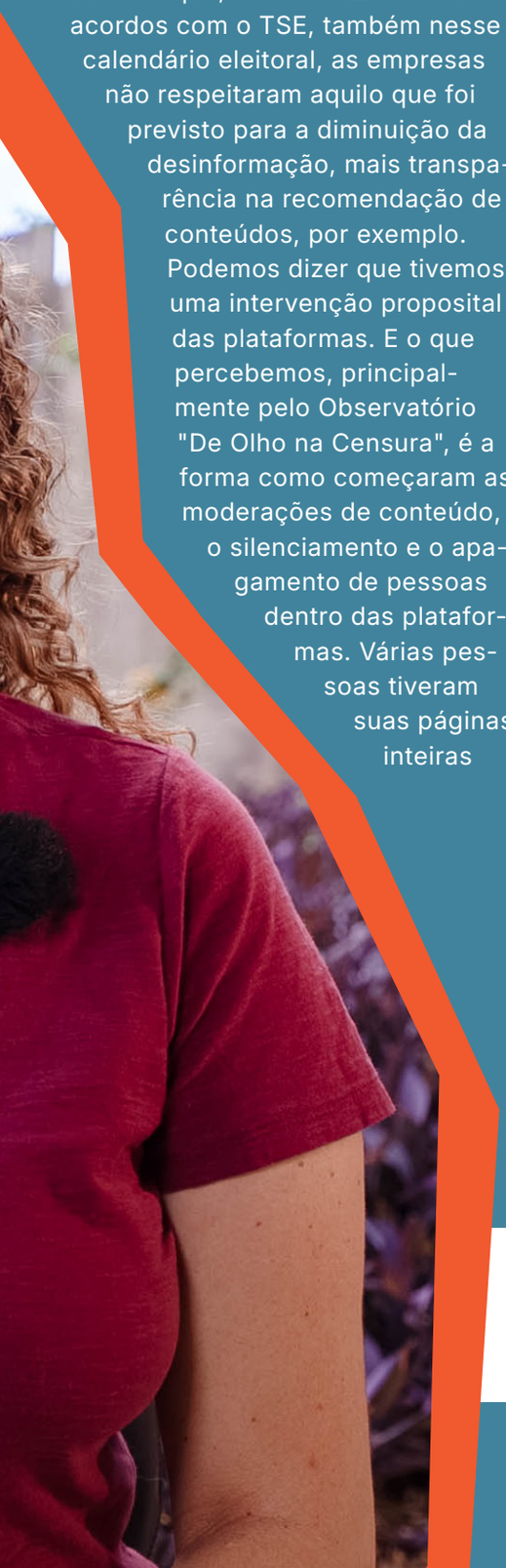
A opacidade das plataformas é muito grande, inclusive quando elas fazem a moderação e não dizem por que aquele conteúdo foi moderado. Fazem uma moderação a partir do que elas dizem ser a política da plataforma, mas elas não explicitam exatamente qual é a política que você violou quando algum tema que você posta é suspenso.

InformANDES: A disputa eleitoral deste ano escancarou a capacidade que essas plataformas têm de interferir no cenário político de um país. Essa postura das empresas já



era esperada?

RV: Tivemos um debate muito interessante dentro do Tribunal Superior Eleitoral, junto com as plataformas, no pleito anterior. E, naquele momento, o TSE já apontou que as plataformas não eram transparentes nos seus métodos. Apesar de elas dizerem que estava tudo certo, que estavam colaborando com a sociedade, colaborando com o próprio TSE na diminuição da desinformação que circulava, o que vimos é que, mesmo fazendo vários acordos com o TSE, também nesse calendário eleitoral, as empresas não respeitaram aquilo que foi previsto para a diminuição da desinformação, mais transparência na recomendação de conteúdos, por exemplo. Podemos dizer que tivemos uma intervenção proposital das plataformas. E o que percebemos, principalmente pelo Observatório "De Olho na Censura", é a forma como começaram as moderações de conteúdo, o silenciamento e o apagamento de pessoas dentro das plataformas. Várias pessoas tiveram suas páginas inteiras retiradas das redes. O que antes ocorria com pessoas do meio político passou a atingir o cidadão comum, que começou a querer também debater sobre política dentro das plataformas. A partir da ampliação do debate político nas redes, percebemos que muitas pessoas começaram a ser atingidas por essa censura, por esse silenciamento das plataformas.



InformANDES: Você mencionou a questão do Observatório. Você poderia detalhar o trabalho realizado e se esses casos podem ser classificados mesmo como censura?

RV: Sim, após análise de muitos conteúdos, podemos dizer que o termo certo a ser usado é censura mesmo. Nós tivemos pessoas cujas vozes foram silenciadas não só no Instagram, mas inclusive no WhatsApp e em outras plataformas. Usamos esse termo censura porque quando a moderação aconteceu, não houve qualquer mecanismo para que a pessoa censurada pudesse rapidamente restabelecer sua comunicação. Há uma dificuldade muito grande de entrar em contato com essas plataformas, de rever ou mesmo questionar qual foi o posicionamento utilizado para que a pessoa tivesse seu conteúdo moderado e, em alguns casos, a página toda cancelada.

E percebemos que isso foi se ampliando. Dentro do Observatório "De Olho na Censura", apontamos vários níveis de censura. O que fazem as plataformas é um nível de censura, mas também há a censura do assédio judicial, os silenciamentos que já acontecem na mídia tradicional, especialmente sobre temas como meio ambiente e direitos dos povos indígenas.

Nas plataformas, percebemos que essas outras pautas também começaram a influenciar a remoção de conteúdo. O caso do Estadão é um dos mais emblemáticos. O veículo teve mais de 20 postagens retiradas de suas plataformas nas redes sociais, postagens com conteúdo jornalístico. Então, é censura.

Temos também casos de censura a povos indígenas, quando eles começaram a ser atacados dentro dos seus territórios e a denunciar essas violências. Muito conteúdo foi moderado nesse sentido, muitas contas foram derrubadas, inclusive do Karuân Tataenday, fundador da rede Etnias. Ele teve sua conta banida pela Meta. Depois de recorrer, enviar documentos e imagens do próprio rosto, o perfil foi restabelecido em alguns dias. A conta voltou, mas não houve explicação sobre o banimento.

InformANDES: O que você acha que já poderia ter sido feito ou precisa ser feito para prevenir, e até mesmo impedir, que esse cenário se repita?

RV: O principal hoje é termos uma regulação, porque o que temos hoje é uma autorregulação, que é o que as plataformas argumentam. No entanto, a autorregulação não é nada transparente, porque elas derrubam as contas de acordo com o que querem, de acordo com as políticas que dizem ter, sem explicação. Uma regulação, eu diria que no modelo que debatemos no PL 2630, seria o ideal, porque é uma regulação que trata sobre transparência, devido processo, sobre as pessoas terem o direito de saber qual foi a motivação da moderação do conteúdo e, principalmente, garantir que as pessoas tenham um canal aberto para reivindicar as suas contas de volta.

Clique no QRCODE para assistir à entrevista completa com Ramênia Vieira.

Cotas ampliam acesso, mas inclusão em concursos públicos ainda é desafio

A ampliação das políticas de ações afirmativas transformou o perfil de estudantes das instituições federais de ensino superior no Brasil na última década. Dados do Censo da Educação Superior 2024, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram que mais de 1,4 milhão de pessoas ingressaram nessas instituições por meio da reserva de vagas entre 2013 e 2024. Somente no último ano, foram registrados 133.078 ingressos por ações afirmativas.

Esse crescimento reflete os impactos da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino (Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023), que garante a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, combinando critérios de renda à distribuição proporcional para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Ao democratizar o acesso de grupos historicamente excluídos, a política transformou a composição social e racial do ensino superior público brasileiro.

Além de ampliar o ingresso, os dados também contrariam argumentos de que estudantes cotistas teriam desempenho acadêmico inferior aos demais. Segundo o Censo de 2024, 49% dos estudantes que ingressaram por meio da reserva de vagas em universidades federais e instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica concluíram a graduação. Entre os demais ingressantes, o percentual foi de 42%.

Se a democratização do ingresso representa uma conquista, o mesmo avanço ainda não se verifica na composição dos quadros docentes das universidades e institutos federais. Nos concursos públicos, mecanismos institucionais e práticas administrativas têm limitado a efetividade da reserva de vagas, mantendo a sub-representação racial entre professoras e professores universitários.



Entre a lei e a efetivação

Em 2025, a Lei nº 15.142 substituiu a antiga política de cotas nos concursos públicos federais (Lei nº 12.990/2014), ampliando para 30% a reserva de vagas para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas. A mudança expandiu os grupos contemplados e a reserva destinada às ações afirmativas no serviço público.

Entretanto, a existência de uma legislação mais abrangente não garante, por si só, a ocupação das vagas. No magistério superior, a efetividade da política depende também de mudanças nos procedimentos adotados pelas universidades, da superação do fracionamento de editais, da transparência nos processos seletivos e da fiscalização do cumprimento da reserva.

Pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Políticas Afirmativas Raciais (Opará), nos últimos anos, identificaram que o fracionamento de vagas, a ausência de mecanismos adequados de fiscalização e a falta de uma governança institucional comprometida com a igualdade racial dificultaram o preenchimento das vagas destinadas a pessoas negras.

O fracionamento ocorre quando as universidades dividem as oportunidades de um concurso por áreas de conhecimento, disciplinas, especialidades ou campi, publicando editais com uma ou duas vagas para cada área. Na vigência da Lei nº 12.990/2014, a obrigatoriedade da reserva de vagas para pessoas negras era aplicada a concursos com três ou mais vagas. Com isso, a divisão das oportunidades acabava impedindo a aplicação das cotas em grande parte das seleções. Além desse mecanismo, foram identificados editais que não especificavam adequadamente quais vagas eram destinadas às cotas nem apresentavam



critérios transparentes para a distribuição das oportunidades.

Em parceria com o ANDES-SN e suas seções sindicais, o Observatório Opará reuniu evidências concretas sobre as falhas na aplicação da política de cotas, o que, inclusive, motivou a atuação de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF). O trabalho envolve ainda o diálogo com equipes gestoras das universidades e a parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), para fortalecer o acompanhamento da nova legislação.

Durante o XIV Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), realizado em julho deste ano, a pesquisadora Ana Luisa de Araújo, coordenadora do Opará, defendeu a construção de uma governança antirracista, orientada por sete princípios: centralidade da igualdade racial; reconhecimento do racismo institucional; implementação das políticas com base em dados e evidências; controle social e transparência; responsabilização de gestores pelo descumprimento da legislação; reparação das vagas historicamente negadas à população negra; e aprendizagem institucional para o aperfeiçoamento contínuo da política pública.

Órgãos identificam falhas

As dificuldades para efetivar a reserva de vagas também chegaram aos órgãos de controle e fiscalização. Em janeiro de 2026, a Defensoria Pública da União (DPU) recomendou aos ministérios da Igualdade Racial e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) medidas para garantir o cumprimento da legislação e impedir o fracionamento de vagas nos concursos federais.

A recomendação teve como referência, entre outros casos, o concurso para pesquisador e tecnólogo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). O edital, publicado em 2023, previa a reserva de 20% das 63 vagas para candidatas e candidatos negros. Entretanto, apenas seis pessoas foram aprovadas pela política de cotas, embora o quantitativo previsto inicialmente permitisse a reserva de 12 vagas.

O problema ocorreu porque as oportunidades foram distribuídas entre diferentes especialidades antes da realização das provas. Com isso, candidatas e candidatos negros aprovados em áreas que não haviam sido contempladas no sorteio de vagas reservadas deixaram de ser beneficiados pela política.

A auditoria realizada pelo TCU sobre a Lei de Cotas também identificou falhas na implementação da política, entre elas a ausência de dados consolidados e de coordenação nacional para acompanhar seus resultados.

No âmbito do MPF, cerca de 29 universidades federais já discutem, em parceria com o Ministério Público e o Opará, novos modelos de seleção, como a substituição do sorteio de vagas por listas únicas de classificação.

Ana Luisa destacou que a mobilização em torno do tema tem provocado mudanças nas universidades. "As instituições têm deixado de realizar sorteios, o fim dos quais é uma das principais pautas do ANDES-SN. Mesmo aquelas que ainda adotam esse procedimento estão promovendo debates internos para substituí-lo", afirmou. Como exemplo, citou a Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde a discussão sobre o fim dos sorteios está em andamento, com acompanhamento da seção sindical do ANDES-SN.

Disputas judiciais

A aplicação da política de cotas nos concursos docentes também tem sido objeto de disputas judiciais. Um desses casos envolve a professora Rafaela Niels da Silva, que retomou suas atividades acadêmicas e de ensino no curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), após decisão da Justiça Federal que suspendeu os efeitos da sentença que havia anulado sua nomeação. A docente havia sido afastada em março de 2026, após questionamento judicial sobre a aplicação das cotas raciais no concurso. O ANDES-SN acompanhou a reintegração e reafirmou seu compromisso com a defesa das cotas raciais nas universidades públicas. Leia a matéria completa pelo QR Code.

Brasil é o segundo país mais letal para defensores de terra e meio ambiente

O avanço predatório sobre os territórios e os recursos naturais deixou um rastro de sangue alarmante no Brasil. Em 2025, o país registrou 26 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, número que representa mais que o dobro das mortes contabilizadas no ano anterior. Os dados integram o relatório divulgado, em setembro, pela ONG Global Witness, que coloca o Brasil como o segundo país mais letal do planeta para o ativismo socioambiental, atrás apenas da Colômbia, que somou 39 execuções.

O salto na violência contra lideranças comunitárias no Brasil reflete uma dinâmica de espoliação que atinge toda a América Latina, região responsável por 85% das 124 mortes de defensores documentadas globalmente em 2025. Desde que a entidade iniciou o monitoramento sistemático em 2012, o total de assassinatos e desaparecimentos no mundo já alcança a marca de 2.375 vítimas.

Perfil das vítimas

O perfil dos alvos no Brasil reflete o padrão observado em toda a América Latina: a violência atinge prioritariamente quem vive do solo. Mais de três quartos do total das vítimas contabilizadas pelo relatório, no ano passado, eram pequenos agricultores, indígenas ou populações afrodescendentes. Apenas entre os povos originários foram registrados 44 assassinatos, incluindo a execução de sete integrantes de guardas indígenas no cumprimento do dever territorial.

No Brasil, todos os casos documentados, com exceção de um, tiveram como principal causa conflitos fundiários. Sete assassinatos estão relacionados às reivindicações de povos indígenas pelo reconhecimento de seus territórios, e 14 às demandas por reforma agrária, envolvendo sobretudo agricultores familiares e quilombolas.

Os ataques se concentraram nos estados amazônicos de Rondônia e Pará, que, juntos, respondem por metade dos casos verificados. Nesses locais, as fronteiras agropecuárias e extrativistas continuam avançando sobre comunidades da agricultura familiar, enquanto madeireiros, garimpeiros e pecuaristas impulsionam invasões, grilagem, violência e morte.

A ONG Global Witness destaca também que a vulnerabilidade das lideranças brasileiras foi agravada em 2025 devido a cortes orçamentários no financiamento internacional a entidades de direitos humanos, provocado por pressão de governos como os de Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, deixando diversas comunidades na Amazônia e em outros ecossistemas sem suporte.

Diante desse quadro, o relatório enfatiza que o combate à violência exige uma mudança estrutural nas políticas públicas, priorizando a proteção coletiva preventiva em detrimento de esquemas individuais e reativos do Estado, que frequentemente falham. Experiências autônomas desenvolvidas pelas comunidades — como patrulhas territoriais, redes de monitoramento e alertas precoces — têm se provado a salvaguarda mais eficiente para proteger vidas e territórios.

A ONG recorda que a Câmara dos Deputados aprovou a ratificação brasileira do Acordo de Escazú, tratado histórico voltado à proteção de defensores do meio ambiente por meio da promoção do acesso à informação, da participação pública na tomada de decisões ambientais e do acesso à justiça. No entanto, o texto - PLD 934/2025 - ainda aguarda aprovação pelo Senado.

